

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição sob demanda de **ÁGUA MINERAL com bebedouros elétricos em regime de comodato**, para atender às necessidades das Unidades de toda Rede Municipal de Saúde, conforme condições, especificações, quantidade, exigências e estimativas, estabelecidas nas requisições, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes:

Subsecretaria de Atenção Básica (Unidades Básicas de Saúde);
Estratégia em Saúde da Família (ESF);
Hospital Municipal Raul Sertã;
Fundo Municipal de Saúde (Administração);
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
Melhor em Casa;
Subsecretaria de Vigilância em Saúde;
CAPs III, AD e i;
CEREST;
Clínica de Repouso Santa Lúcia;

Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e nº 7892/2013, do Decreto Municipal 599 de 03 de junho de 2020 e Decreto 7892/2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Compras net SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019;

1.3. Período: 12 (doze) meses a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços.

1.4. Tipo: Menor preço por item.

2. DO QUANTITATIVO.

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	ÁGUA MINERAL NATURAL potável, sem gás, acondicionada em garrafão de propriedade da empresa fornecedora, fabricado em embalagem PP - (Polipropileno), retornável, resistente a impacto e com capacidade para 20 litros, devidamente higienizado, acoplável aos bebedouros elétricos.	GARRAFÕES	21.502
A empresa ganhadora deverá disponibilizar, sem custos, 175 (cento e setenta e cinco) bebedouros elétricos em regime de comodato.			

2.2. O quantitativo acima foi calculado com base nas requisições acostadas aos autos, as quais, contêm justificativa para os quantitativos com base no consumo do exercício anterior de cada unidade requisitante.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. O presente processo licitatório tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de água mineral apropriada para consumo, fornecendo condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento de toda rede de saúde do Município de Nova Friburgo.

3.1.2. A presente proposição para aquisição de água mineral visa ainda atender ao consumo dos servidores, colaboradores e usuários do SUS, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3.1.3. Urge salientar que o quantitativo foi baseado no consumo utilizado no exercício financeiro anterior referente ao Processo Licitatório 18.666/2020, pelo período de 12 (doze) meses de acordo com cada justificativa posta aos autos pelas unidades requisitantes que participarão do certame.

3.1.4. O quantitativo solicitado no Processo Licitatório **30112/22** de garrafões de Água Mineral visa abastecer as Unidades da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses. Vale ressaltar que o total de **175** (cento e setenta e cinco) bebedouros elétricos, foram solicitados pelos requisitantes e os mesmos serão fornecidos em regime de comodato.

4. ESTIMATIVAS DE CONSUMO E LOCAIS DE ENTREGA.

4.1 As Unidades da Rede Municipal de Saúde que serão contempladas por tal aquisição estão arroladas na tabela abaixo:

CAPS	CRSL	CEREST	VIGILÂNCIA	VIG. – FISC SANITÁRIA	HMNF	MELHOR EM CASA	HMRS	ESF	FMS	BÁSICA	TOTAL
1080	648	72	84	120	3.900	48	12.000	1.200	1.000	1.350	21.502

4.2 Os locais de entrega estão dispostos na tabela abaixo:

Unidades Requisitantes	Quantidade de bebedouros	Endereço
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	6	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL RAUL SERTÃO	60	R. General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL MATERNIDADE	13	Travessa, Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 - Centro, Nova Friburgo - RJ
MELHOR EM CASA	1	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
CEREST	2	R. Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
VIGILÂNCIA	2	R. Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
DIV. DE VIG. FISC. SANITÁRIA	2	Av. Euterpe Friburguense, 93, Centro, Nova Friburgo/RJ
ATENÇÃO B.	1	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ
ESF	2	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
UBS CORDOEIRA	3	R. Darcília dos Santos, s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
UBS SÃO GERALDO	3	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
TUNNEY KASSUGA	5	R. Vicente Sobrinho, s/n, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
POSTO DE SAÚDE WALDIR COSTA	5	R. Pedro Knust, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.

POLICLÍNICA SYLVIO HENRQUE BRAUNE	6	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
USF AMPARO	2	R. Rivail Gripp, 75, Amparo, Nova Friburgo/RJ.
USF CAMPO DO COELHO	2	Rua Jones Mendes Muniz, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ.
USF CENTENÁRIO	2	Rua João Cabral Sobrinho, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
USF CONQUISTA	2	Estrada albino de Sá Martins, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
USF CORDOEIRA (ANEXO)	2	R. Darcília dos Santos s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
USF LUMIAR (SAMU)	2	R. Guilherme Eugênio Spitz, s/n, Lumiar, Nova Friburgo/RJ.
USF MURY	2	Av. Hamburgo (em frente ao n.º 1003), Mury, Nova Friburgo/RJ.
USF NOVA SUIÇA	2	Rua Moises Moraes Filho, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ.
USF OLARIA I	2	Rua Xingu, 02, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ.
USF OLARIA II	2	Rua Espírito Santo, 09, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
USF OLARIA III	2	R. Augusto Nicolau Rodrigues, 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
USF RIOGRANDINA	2	Praça N. Srª. do Rosário, s/n, Riograndina, Nova Friburgo/RJ.
USF SÃO LOURENÇO	2	Estrada São Lourenço, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
USF SÃO PEDRO DA SERRA	2	R. Rodrigues Alves, s/n, São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ.
USF STUCKY	2	Estrada do Stucky, s/n, Stucky, Nova Friburgo/RJ.
USF VARGEM ALTA	2	Estrada João Heringer, s/n, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ.

USF VARGINHA	2	Rua Francisco Lopes, 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ.
São Geraldo (Anexo)	2	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
USF TERRA NOVA CONSELHEIRO PAULINO	2	Rua Eugênia de Almeida Maia, 110, Área F2, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.
CAPS III	6	Av. Julio Antônio Thurler nº431, Olaria, Nova Friburgo/RJ
CAPS AD	4	Av. Comte Bittencourt nº142, Centro, Nova Friburgo/RJ
CAPS i	3	Al. Marquês de Maricá nº137, Parque São Clemente
Gerência Saúde Mental	3	Av. Walter Machado Thedim, Km 72 – Mury – Nova Friburgo/RJ
Clínica de Repouso Santa Lúcia	10	Av. Walter Machado Thedim, Km 72 – Mury – Nova Friburgo/RJ
TOTAL:	175	

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

5.1. A Água mineral natural, sem gás deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

5.1.2. Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como fluoretada, segundo código de águas minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

5.1.3. Os garrafões disponibilizados pela Contratada deverão ser em polycarbonato, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros, próprios para o acondicionamento de água mineral. Deverão ainda ser resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas;

5.1.4. Devem ainda possuir apresentação e características básicas do rótulo-padrão aprovado pelo DNPM (Decreto-Lei n.º 7.841/1945) e registrado no Ministério da Saúde;

5.1.5. Deverá vir gravados nos rótulos dos garrafões, ou na vedação das embalagens, a data de envasamento e validade do produto, conforme Portaria n.º 470/99 do DNPM.

6. ESTIMATIVAS DE CONSUMO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA.

6.1 A Contratada deverá entregar todos os galões de água nas respectivas unidades requisitantes, após 05 (cinco) dias úteis da entrega da Nota de Empenho.

7.CONDIÇÕES GERAIS.

7.1. Os produtos deverão atender às especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência;

7.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, garrafões velhos, sujos, amassados, opacos, arranhados ou com outro defeito que prejudique a qualidade e visibilidade da água fornecida;

7.3. Não serão aceitas águas minerais potáveis de mesa ou águas minerais purificadas, adicionadas de soluções salinas artificiais, uma vez que não preenchem os requisitos legais para se enquadrarem na classificação de minerais;

7.4. Os garrafões deverão ser envasados, no máximo, 05 dias antes da entrega no local indicado;

7.5. Os produtos deverão ter prazo de validade mínimo de 03 meses, a partir da data de envasamento;

7.6. A empresa Contratada deverá disponibilizar **sem custos para a Contratante 175 (cento e setenta e cinco) bebedouros elétricos em regime de comodato,** distribuída entre as unidades deste Termo de Referência.

8. Os bebedouros elétricos deverão possuir as seguintes especificações:

8.1. Bebedouro elétrico, para garrafão de 20 litros, com duas torneiras, sendo uma para água gelada e outra para água na temperatura ambiente.

8.1.2. Os gabinetes dos bebedouros deverão ser confeccionados em aço carbono, com pintura epóxi a pó, com tampo superior e frontal em poliestireno de alto impacto ou em aço carbono pintado.

8.1.3 Deverão possuir ainda reservatório de água com serpentina externa, com compressor que utilize gás refrigerante ecológico livre de CFC, termostato regulável, certificado pelo Inmetro, cor predominantemente branco, tensão de 200 V, bem como as seguintes dimensões **aproximadas** (LxAxP) 31 cm x 97 cm x 32 cm.

8.1.4. A manutenção preventiva e corretiva dos bebedouros em comodato é de inteira responsabilidade da Contratada.

8.1.5. Em caso de eventual necessidade de manutenção corretiva, a Contratada deverá efetuar a substituição do equipamento por outro que atenda às especificações, no prazo máximo de 24h, a contar da solicitação realizada pela Contratante, a fim de não interromper o abastecimento de água até que se conclua o reparo.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

9.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.



10. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

10.1 Os bens serão recebidos:

10.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

10.1.2 Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

10.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

11.1.2 Elemento de despesa – 33.90.30–15

11.1.3 Fonte de recurso 07 – SUS

11.1.4. Quanto ao Programa de Trabalho, será utilizado de acordo com a especificação a seguir:

30001.103020083.2.198 / 30001.10.304.0086.2.209 / 30001.103.020085.2.203 / 30001.10.302.0086.2.212 / 30001.10.305.0086.2.208 / 30001.101.22.00812.190 / 30001.103020085.2.202 / 30001.10.301.0083.2.193 / 30001.10.301.0083.2.194.

11.1.5. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.**

12. DA LIQUIDAÇÃO.

12.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

13. DO PAGAMENTO.

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da fatura na Unidade da Administração, conforme estabelece o decreto nº 258

de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto nº313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam em regularidade e dentro da validade:

13.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas

13.1.2 Fazenda Federal- abrange as contribuições sociais;

13.1.3 FGTS;

13.1.4 PGE- referente à Dívida Ativa Estadual;

13.1.5 Municipal- referente ao ISS e a Dívida Ativa;

13.1.6 Estadual CND- referente ao ICMS.

14. A Nota Fiscal do Produto deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

14.1 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1 As condições de participação serão aquelas citadas no Edital correlato, independentemente de sua transcrição.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

16.1. Caberá à Contratante:

16.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.1.3. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

16.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos.

16.1.5. Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

16.1.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

16.1.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

17.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

18.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

18.1.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA** constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas anteriormente;

18.1.3.. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

18.1.5 A contratada é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, decorrente de defeitos do material por ela fornecido;

18.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

18.1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

18.8.8. Responsabilizarem-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

18.8.9. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19. MEDIDAS ACAUTELADORAS.

19.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.



21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO:

22.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

22.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

Nome	Matrícula	Gestor
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Titular
Gilmara Guimarães de Souza	062.870	Gestora Substituta

UNIDADE	AGENTE PÚBLICO
Atenção Básica	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato
	Patrícia Soares Carvalho – 299.080 - Fiscal Titular
	Roberta da Conceição dos Santos – 117.089 – Fiscal Substituto
Estratégia em Saúde da Família	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato
	Karla Herdy Almeida – 299.089 – Fiscal Titular
	Mariza Dias Siqueira – 299.362 - Fiscal Substituto
HMRS	Antônio Carlos Sant'Ana – 207.630 – Superior Imediato
	Leopoldina Fátima A. Reis – 201.836 - Fiscal Titular
	Eliana da Silva Gomes Curty – 062.435 – Fiscal Substituto
MELHOR EM CASA	Lucimar Figueira Ribeiro – 207.764 – Superior Imediato
	Pâmella Freiman de Almeida – 113.014 – Fiscal Titular
	Ana Carolina Folly Pinheiro – 115.226 – Fiscal Substituto
Fundo Municipal de Saúde (ADM)	Fernanda Neves da Veiga Pacheco–062.810 – Superior Imediato
	Marlene Claudio de Oliveira – 034.967- Fiscal Titular
	Jaqueline Pinto Correa – 177.124 – Fiscal Substituto
	Adriane de Jesus Schenquel – 299.287 – Superior Imediato



HMNF	Nélio dos Santos Júnior – 062.095 – Fiscal Titular
	Marcos Alexandre da Silva Cruz – 115.027 – Fiscal Substituto
Sub. Vig. em Saúde	Alícia Siqueira Emerich – 063.219 – Superior Imediato
	Carla Maria Moura de Andrade – 207.717 – Fiscal Titular
	Maria Aparecida Paulina da Silva – 299.088 – Fiscal Substituto
Vig. em Saúde (divisão De Vig. e Fisc. Sanitária)	Alícia Siqueira Emerich – 063.219 – Superior Imediato
	Humberto Rodrigues Delegave Moura – 207.854 – Fiscal Titular
	Ernani Monteiro Vianna da Silva – 299.083 – Fiscal Substituto
CEREST	André Luiz Faria Vieira – 207.016 – Fiscal Titular
	Carolina Gonçalves Camilo da Silva – 290.237 – Fiscal Substituto
Clínica de Repouso Santa Lúcia	Idenilson Moura Rodrigues – 063.021 – Superior Imediato
	Alexsander de Carvalho Belfort – 063.022 – Fiscal Titular
	Ana Cristina Faria de Jesus – 062.812 – Fiscal Substituto
Gerência de Saúde Mental	Sândia Mello Tozato – 299.441 – Superior Imediato
	Ana Cristina Faria de Jesus – 062.812 – Fiscal Titular
	Flavia Pinheiro Teixeira – 111.375 – Fiscal Substituto
CAPS i	Katya Alexandra G. de S. Lisboa-207.758 – Superior Imediato
	Carolina Gianfaldoni Viana – 115.186 – Fiscal Titular
	Armando Valmir Sardinha – 112.079 – Fiscal Substituto
CAPS III	Rosilene Klein Barradas – 115.231 – Superior Imediato
	Luciana Rodrigues de O. Ângelo – 062.194 – Fiscal Titular
	Andrick de Azevedo Risso – 062.665 – Fiscal Substituto
CAPS AD	Cláudia Pietrobon de A. Mafra – 299.138 – Superior Imediato
	Erick Daudt – 115.142 – Fiscal Titular
	Barbara Salotto Marchetti – 115.218 – Fiscal Substituto

22.3. O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

22.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

22.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições



técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

23. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TÉCNICA.

23.1. A empresa deverá apresentar os documentos abaixo:

23.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

23.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

23.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

23.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

23.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

23.1.6. Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores ou outra equivalente na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela empresa participante;

23.1.7. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

23.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (conforme Lei nº 12.440/11), ou pela Certidão Positiva Com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do art. 642-A §2º da CLT.

23.1.9. Comprovação de aptidão do participante (pessoa jurídica) para desempenho da atividade que está sendo credenciada, através de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

23.2. Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora de bem ou serviço a ser adquirido nos termos do § 3º da lei 13.979/2020.

23.3. Segundo o artigo 4ª F, da Lei 13.979/2020 é possível em caráter excepcional e mediante justificativa da autoridade competente, caso se verifique restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, sejam dispensados documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, ou ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação.

23.4. Não podem ser dispensados, contudo prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no artigo 7º, da CRFB/1988.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. - apresentar documentação falsa;

24.1.4. - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. - ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. - não manter a proposta;

24.1.7. - cometer fraude fiscal;

24.1.8. - comportar-se de modo inidôneo;

24.2. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.3. - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.3.1. - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.3.2. - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.3.3. - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

24.3.4. - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

24.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.5. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.6. - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

24.7. - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.8. - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.9. - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.10. - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.11. - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem

como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.12. - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. A RESCISÃO.

25.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

25.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

25.3. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

Termo de referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos e Contratos
Mat.: 062.871

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo **ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat.: 106.137